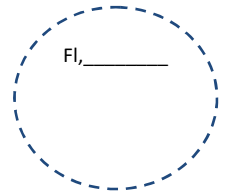




**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos - 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.  
Equipe de Licitação Kappa



## TERMO DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

**Pregão Eletrônico:** Nº 507/2017/SUPEL/RO

**Processo Administrativo:** Nº 0026.001330/2017-81/SEAS/RO

**Interessado:** Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS/RO

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual aquisição de material de consumo sendo 2.650 (dois mil seiscentos e cinquenta) kits de enxoval para bebê, com objetivo de atender aos recém nascidos de mães em vulnerabilidade social, residentes no Estado de Rondônia, Projeto “Mãezinha Rondoniense”.

**Recorrente:** CALUX COMERCIAL EIRELI - EPP

**Recorrida:** FELIPE MATHIAS MORAIS - EPP

Aos **05 dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete** às **10h00min**, na sede da **Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO**, sediada no Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaás Novos, 2º piso, Avenida Farquhar, nº 2.986, Bairro Pedrinhas, em Porto Velho - RO, reuniram-se o Pregoeiro da Equipe de Licitações Kappa/SUPEL, Vivaldo Brito Mendes, com sua Equipe de Apoio, nomeados pela **Portaria Nº 005/GAB/SUPEL/RO de 16.02.2017**, publicada no **DOE-RO** do dia **20.02.2017**, para proceder ao exame do Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **CALUX COMERCIAL EIRELI – EPP (Recorrente)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **03.578.434/0001-61**, estabelecida na Rua Paulo de Frontin Nº 606, Vila Virgínia, Ribeirão Preto - SP, por discordar da decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa **FELIPE MATHIAS MORAIS – EPP (Recorrida)**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **19.980.359/0001-61**, estabelecida no Parque Dom Pedro II, 384 - Centro - São Paulo/SP, para o **Grupo/Lote 01** do certame.

### I – DA ADMISSIBILIDADE

Tendo sido enviada pelo Sistema Comprasnet, as argumentações da **Recorrente** em tempo hábil, o Pregoeiro, à luz do artigo 4º, incisos XVIII e XX da Lei Federal nº 10.520/2002 c/c artigo 26 do Decreto Estadual nº 12.205/2006, recebe e conhece do recurso interposto, por reunir as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade, sendo considerado tempestivo.

### II - DAS RAZÕES DA RECORRENTE

Aduz a Recorrente em sua intenção de recurso registrada no sistema, que o item 01 (travesseiro) não atende ao descritivo do Edital, pois o mesmo não é de poliuretano.

Em sua peça recursal inserida no Sistema, a **Recorrente** pronuncia-se, de forma sintética, informando que a **Recorrida**, vencedora do Grupo/Lote 01, apresentou proposta para o item 01 (travesseiro) com a marca Trisoft - Modelo: Soninho, alegando que este modelo não atende as especificações do edital, que solicita travesseiro para bebê com a composição de 100% algodão com preenchimento em poliuretano, comprovando no site da empresa fabricante Trisoft, que este modelo é confeccionado com enchimento 100% de fibra de poliéster e não poliuretano como solicitado em edital, informando o link para comprovação.



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos - 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.  
Equipe de Licitação Kappa

Fl. \_\_\_\_\_

### III - DO PEDIDO DA RECORRENTE

A **Recorrente** finaliza sua peça recursal requerendo a desclassificação da **Recorrida**, por não atender a especificação técnica contida no Termo de Referência do Pregão Eletrônico 507/2017, pedindo e aguardando o deferimento por ser questão de direito e de justiça.

### IV - DAS CONTRARRAZÕES DA RECORRIDA

Dentro do prazo estabelecido, a empresa **Recorrida** apresentou suas contrarrazões, através do Sistema, pronunciando-se da seguinte forma, em estreita síntese, de forma inicial, alegando que a Recorrente supostamente verificou irregularidade na oferta proposta do objeto componente do kit (Item 01 - travesseiro para bebê), apresentando recurso administrativo, em seu entendimento, meramente protelatório, informando ter apresentado em sua proposta, produto em desconformidade com a exigência do edital.

Salienta a **Recorrida** que ofertou o item travesseiro para bebê da marca soninho, referente ao item 01 do lote único do pregão em epígrafe, em total conformidade com a exigência do edital, informando que seu produto de marca Soninho do fabricante Trisoft Têxtil, detém todas as características necessárias exigidas em edital, bem como nada há de se falar em desconformidade por apresentar características próprias que de nada influenciam a qualidade e utilização do produto, pois o produto ofertado detém qualidade superior ao enchimento de Poliuretano, citando o site do fabricante para comprovação.

Nesse sentido, a **Recorrida** informa que ao ofertar o produto em questão, bem como os demais 15 itens componentes do kit, atentou-se minuciosamente ao objeto, e somente ofertou o produto por considerar que não existe desvio do pedido, ou omissão em pontos essenciais, e com objetivo único em poder superar a expectativa na aquisição dos produtos pela administração, tendo em vista a maior qualidade e conforto possível na utilização dos produtos pelos bebês que serão beneficiados, complementando que seu produto (enchimento 100% fibra de poliéster) tem qualidade superior ao enchimento de poliuretano. Cita a **Recorrida**, para fundamentar sua defesa, jurisprudência do jurista Marçal Justen Filho, onde reza, que “(...) a oferta de vantagens ou benefícios não previstos ou superiores aos determinados no ato convocatório não prejudica o licitante. (...)”. (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 14º Ed, São Paulo: Dialética, 2010.)

### V - DO PEDIDO DA RECORRENTE

A **Recorrida** finaliza suas contrarrazões requerendo que seja indeferido o recurso da **Recorrente**, alegando que sua proposta não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital, que a oferta de produto que possui qualidade superior à mínima exigida, considerando que o gênero do bem licitado foi mantido inalterado.

### VI - DO MÉRITO (DOS FATOS)

Concluída a fase de lances do certame constatou-se a seguinte configuração referente à classificação dos participantes:



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos - 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.  
Equipe de Licitação Kappa

Fl. \_\_\_\_\_

**Lote/Grupo 01**

CLASS.	EMPRESA	VALOR (R\$ 1,00)
1º	FELIPE MATIAS DE MORAIS - EPP	521.963,50 *
2º	CALUX COMERCIAL EIRELI - EPP	526.568,60
3º	VOCARE CENTRUM TELEATENDIMENTO EIRELI – EPP	624.558,85
4º	PRORROUPAS CONFECÇÕES LTDA - EPP	731.850,50
5º	VERA LÚCIA FRANCISCA DOS SANTOS - EPP	780.292,50
6º	STAR COMERCIO DE SUPRIMENTOS EIRELI - ME	784.454,00
7º	VOGUE MIX MULTIMARCAS LTDA - EPP	1.277.326,50
8º	TECHNOINF COMÉRCIO ELETRÔNICOS EIRELI - EPP	1.541.548,00

\* Valor obtido após negociação

Na sequência do certame, após a fase de negociação, o Pregoeiro decide pela dispensa do envio da proposta atualizada, sendo aceita a registrada no sistema, com base no subitem 7.3.9 do Edital, com vistas à celeridade processual, sendo registrados no sistema os lançamentos referentes à aceitação da proposta.

Nets mesma toada, o Pregoeiro convoca para o envio da documentação de habilitação apenas a licitante com a proposta aceita, sendo convocada às 14h48min26seg do dia 24.11.2017 e enviado a documentação às 15h40min44s, dentro do prazo estipulado em edital, procedendo-se à análise da mesma, bem como consultas feitas ao SICAF, ao CEIS e ao CAGEFIMP, onde a empresa FELIPE MATHIAS DE MORAIS – EPP, CNPJ 19.980.359/0001-09 não constava como impedida de participar em licitações, sendo declarada habilitada para Lote/Grupo 1 deste certame, com os valores registrados no sistema, por atender as exigências editalícias.

Na sequência, foi aberto o prazo para manifestar a intenção de recurso, onde insurge-se contra a habilitação da **Recorrida**, a licitante **CALUX COMERCIAL EIRELI - EPP**, sendo concedido o prazo legal para apresentar a peça recursal, cujos argumentos encontram-se, em síntese, nos **tópicos II e III** deste Termo de Análise, e as contrarrazões nos **tópicos IV e V** desta mesma peça.

Diante dos fatos, este Pregoeiro, em fase diligencial, decidiu consultar a **Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS/RO**, sobre a aceitação do produto referente o **item 01**, parte do lote de 16 itens, pronunciando-se da seguinte forma no documento 0442217, assinado pela Sr.<sup>a</sup> Marionete Sana Assunção, Secretária de Estado: “(...) *informamos que após análise das contrarrazões da Empresa Felipe Mathias PE 507/2017 (0430377), estamos de acordo com a mesma, uma vez que o produto ofertado é superior em qualidade e segurança e atende ao solicitado no Termo de Referência (...)*”.

Nesta seara, o Pregoeiro revisitou as razões da Recorrente bem como as contrarrazões da Recorrida, além da informação do órgão requisitante, que aduz que o produto ofertado pela Recorrida para o item contestado, é superior em qualidade e segurança, atendendo ao solicitado no Termo de Referência, ressaltando que o produto de tecido de poliéster é de origem sintética, ou artificial, pois suas fibras são produzidas a partir de resinas derivadas de petróleo, sendo um tecido resistente e prático, que não amassa com tanta facilidade como o tecido de algodão, que seca depressa após ser lavado, conforme pesquisa no site informado.

Cabe ainda evidenciar a economia para os cofres públicos ao comparar as propostas da Recorrida e da Recorrente, conforme demonstrativo acima.



**RONDÔNIA**  
Governo do Estado

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL  
Palácio Rio Madeira - Ed. Pacaás Novos - 2º Andar  
Porto Velho, Rondônia.  
Equipe de Licitação Kappa

Fl. \_\_\_\_\_

Fica claro que a Administração, lastreada em suas regras e normas, não encontra respaldo em aceitar o recurso da **Recorrente**, sendo a mesma competente para a emitir juízo a respeito da descrição do produto que compõe um lote de 16 (dezesseis) itens, que resultam em 2.650 (dois mil seiscentos e cinquenta) kits de enxoval para bebê, que tem por objetivo, atender aos recém nascidos de mães em vulnerabilidade social, residentes no Estado de Rondônia (Projeto Mãezinha Rondoniense), população esta que estaria prejudicada com mais um adiamento, caso ocorresse a aceitação do recurso.

Par clarear a decisão do recurso em tela, o Egrégio Tribunal de Contas da União decide, acerca da condução dos julgamentos das propostas em procedimentos licitatórios:

SUMARIO REPRESENTAÇÃO: Pregão presencial para contratação de prestação de serviços. Indícios de restrição à competitividade. Concessão de cautelar suspendendo o andamento do certame. Oitiva dos responsáveis. Justificativas insuficientes para afastar as irregularidades. Determinação de medidas para anulação do pregão. Outras determinações. A desclassificação de elevado número de licitantes em razão de critério pouco relevante é medida de excessivo rigor formal, que fere o princípio da razoabilidade e restringe o caráter competitivo da licitação. Assunto Representação. Ministro Relator Augusto Sherman Cavalcanti Representante do Ministério Público não atuou. Unidade técnica 6ª Secex – Identificação Acórdão 604/2009 – Plenário Número Interno do documento AC-0604-12;09- P. Grupo/ Classe/Colegiado GRUPO I / CLASSE VII / Plenário Processo 000.268/2009-1 Natureza Representação Entidade Unidade: Coordenação Geral de Recursos Logísticos do Ministério do Esporte CGLOG/ME Interessados: Santa Helena Urbanização e Obras Ltda. (CNPJ 00.032.227/0001-19).

## **VII - DA DECISÃO**

Em cumprimento ao art. 11, inc. VII, do Decreto Estadual nº 12.205/2006, após análise do recurso interposto e de suas contrarrazões, com base nas considerações aqui esposadas, em especial ao pronunciamento anterior do órgão requisitante do kit a ser adquirido, à luz dos princípios da legalidade, da isonomia, da impessoalidade, da eficiência, da razoabilidade, da proporcionalidade, entre outros, bem como o objetivo da seleção da melhor proposta que atenda às necessidades do órgão requisitante, dá-se provimento ao recurso, julgando-o IMPROCEDENTE e consequentemente mantendo a decisão proferida e registrada na Ata do Pregão Eletrônico nº 507/2017/SUPEL/RO, do dia 24 de novembro de 2017.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrado o presente Termo, o qual foi lavrado e assinado por este Pregoeiro, submetendo-se a presente análise ao conhecimento e à apreciação da Autoridade Superior na pessoa do Senhor Superintendente Estadual de Licitações, podendo ensejar melhor juízo e entendimento. Porto Velho, 07 de dezembro de 2017.

**Vivaldo Brito Mendes**  
Pregoeiro - Equipe Kappa/SUPEL/RO